

Mais apoio da Assembleia ACP/CEE para Moçambique

por Tomás Vieira Mário, da AIM

N. 7/10/87

Assembleia paritária dos 66 países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) e da Comunidade Económica Europeia (CEE) que terminou em Lisboa, aprovou duas resoluções sobre Moçambique, uma de apoio político e outra para maior ajuda de emergência.

A resolução de apoio político condena em termos resolutos as acções criminosas perpetradas pelos bandidos armados, qualificando o auto-intitulado «MNR» como «grupo terrorista armado pela África do Sul».

Nesta resolução, os 132 parlamentares da Europa, África, Caraíbas e Pacífico representam as mais diversas tendências político-ideológicas, responsabilizam os bandidos armados por aquilo que, nos termos do texto, é uma «trágica situação de uma larga parte da população moçambicana afectada pela fome» e «forçada a migrar em massa, privada de meios e utensílios de trabalho».

Declaram os parlamentares dos estados da ACP e da CEE que esta situação resulta da «sistemática destruição de infra-estruturas de transportes e centros de produção, e das acções de desestabilização perpetradas pelos bandidos armados».

A resolução apresentada com a assinatura de oito eurodeputados, re-

presentando quase a totalidade dos diferentes grupos partidários do Parlamento Europeu — do grupo comunista ao partido popular europeu — e ainda por Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe e Etiópia, apela à «comunidade internacional e à CEE para garantirem ajuda alimentar de emergência a Moçambique e fornecerem quaisquer meios específicos de transporte que se provarem adequados» em resposta ao apelo nesse sentido, lançado pelo Governo moçambicano.

Destacando que, em declarações oficiais recentes, o Governo português expressou a «proibição explícita» do uso do seu território para actividades «deste grupo» terrorista, os membros do órgão parlamentar da Convenção de Lomé apelam «aos governos dos estados membros da CEE para tomarem medidas efectivas para impedir que os seus territórios sejam usados para actividades hostis à República Popular de Moçambique».

A resolução refere o massacre de mais de 500 pessoas em Homoine e Manjacaze «pela auto-intitulada RENAMO» e, sublinhando os testemunhos de «numerosas visitas» a Moçambique por parte de «organizações e individualidades competentes» — a exemplo do Cardeal Etchegary, envia-

do especial do Papa João Paulo II —, «expressa a solidariedade com o povo de Moçambique», por parte dos parlamentares da Convenção de Lomé.

Paralelamente a este documento de natureza política, os 66 países da ACP e os 12 da CEE adoptaram uma outra resolução, de ajuda alimentar e material a Moçambique.

Nesta, assembleia paritária ACP/CEE solicita às instituições da Convenção de Lomé e à CEE o aumento «dos níveis das acções de ajuda alimentar» a Moçambique, e estabelecimento de «programas de ajuda não-alimentar, particularmente em vestuário, ferramentas de trabalho e no sector da saúde».

Ainda, são solicitados aqueles organismos para que «estabeleçam urgentemente, em cooperação com o Governo de Moçambique, programas específicos para o regresso a Moçambique de 500 mil refugiados nos países vizinhos», ao mesmo tempo que devem ser reforçadas as capacidades logísticas locais, de modo a melhorar o encaminhamento de qualquer ajuda, «nomeadamente por via marítima».

Para que a resolução tenha cum-

primento, os parlamentares dos estados ACP e da CEE encarregam os seus co-presidentes, nomeadamente o etíope Gebrai Berhane e o italiano Giovanni Bersani, de transmitirem ao Conselho de Ministros da ACP/CEE, à Comissão Europeia e aos governos dos estados signatários da Convenção de Lomé de grande impacto político e diplomático, as duas resoluções têm o mérito de terem encontrado apoio unânime entre os 132 parlamentares como resultado, também, de um intenso trabalho de esclarecimento nos «corredores» do Palácio de S. Bento, onde ocorreu esta reunião por parte da delegação moçambicana, encabeçada pelo Tenente-General Armando Panguene, deputado da Assembleia Popular e Vice-Ministro da Defesa, e integrando ainda o Vice-Ministro do Comércio, Prakash Ratilal.

«Ficou entendido pelos parlamentares europeus dos estados da ACP que não existe em Moçambique qualquer espécie de guerra civil, mas apenas terrorismo e barbárie exportado pela África do Sul, e que, por isso deve ser entendido como é entendido qualquer fenómeno de terrorismo na Europa Ocidental» sublinharia o parlamentar Prakash Ratilal. — (AIM).